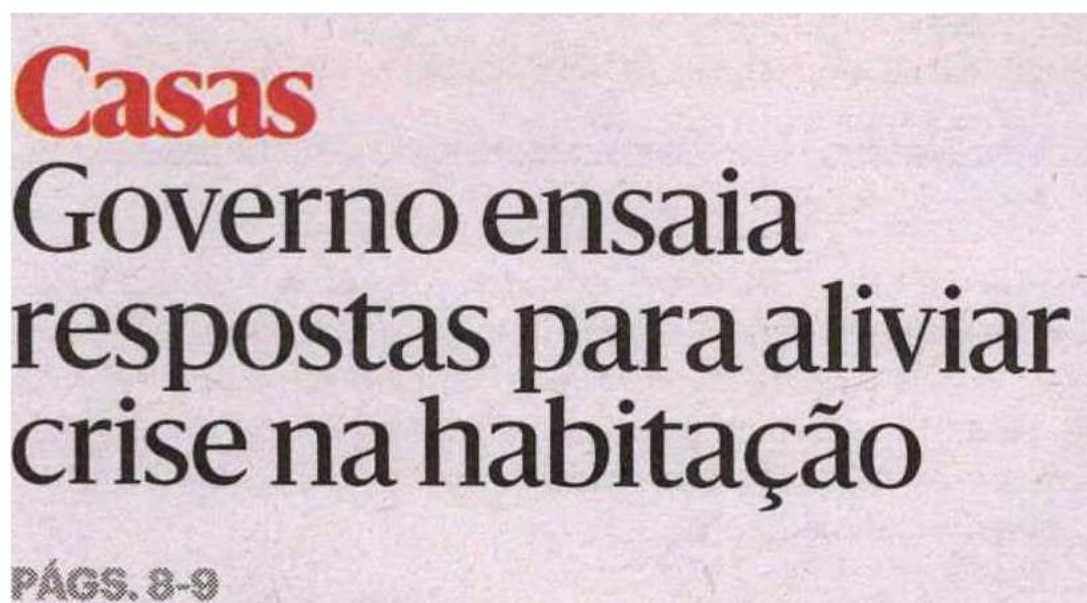


| | |
|------------------------|---------------------------------|
| Diário Notícias | Periodicidade: Semanal |
| 16-02-2023 | Classe: Informação Geral |
| | Âmbito: Nacional |
| | Página(s): 1,8,9 |



Governo ensaia respostas para aliviar crise na habitação

LEIS Conselho de Ministros decide esta quinta-feira novas medidas para promover o acesso à habitação a preços acessíveis. Socialistas preocupados com as dificuldades numa área que é um "barril de pólvora".

TEXTO **SUSETE FRANCISCO**

O Governo avança hoje com um pacote de medidas para fazer face à crise na habitação, com um Conselho de Ministros exclusivamente dedicado à definição de medidas para o setor. Sinal da importância política que quer dar ao tema, será o próprio primeiro-ministro, António Costa, a anunciar o plano do Executivo.

Ao longo das últimas semanas, Costa já foi desvendando algumas das medidas do plano, que passará pela disponibilização de mais solos para construção de habitação, pela definição de incentivos à construção pelos privados, bem como de incentivos aos proprietários para colocarem as casas no mercado de arrendamento, numa tentativa de ir buscar habitações ao alojamento local e de trazer para o mercado alguns dos 720 mil fogos habitacionais que estão devolutos no país.

Um dos principais focos de atenção do Executivo será a definição de um quadro de apoio especificamente dirigido aos jovens, particularmente atingidos pelas dificuldades em comprar ou arrendar casa, sobretudo nos centros urbanos. Na última sexta-feira o semanário *Expresso* avançou que o Governo vai criar também um novo mecanismo permanente de apoio à renda para famílias que sofrem uma que-

bra de rendimento, seja por situações de desemprego, doença ou divórcio. Esta quinta-feira deverá avançar também o já anunciado fim dos vistos Gold, mecanismo que tem sido apontado como responsável pela escalada dos preços das casas nos grandes centros urbanos, e em particular em Lisboa, epicentro da crise da habitação.

PS expectante com medidas
O conjunto de medidas do Governo para a área da habitação é aguardado com expectativa até no PS. E receio também: entre os socialistas há quem tema que o Executivo não vá suficientemente longe nas medidas a adotar para um setor que é visto como um "barril de pólvora" do ponto de vista social. "Já não vamos lá com paliativos, é preciso tomar medidas a sério", diz ao DN um socialista que acompanha de perto esta área e para quem o Governo está a demorar a dar uma resposta efetiva a este problema.

A perspectiva não é isolada. Ao longo dos últimos meses várias figuras do PS Lisboa têm alertado para a necessidade de agir com urgência e eficácia para travar a crise da habitação, numa altura em que os preços das casas e das rendas atingiram níveis incomportáveis até mesmo para a classe média.



Dificuldades à habitação atingem em particular os grandes centros urbanos, como Lisboa e Porto.

Um cenário a que se veio somar o aumento galopante das taxas Euribor ao longo de 2022 (e que prossegue), que tem provocado aumentos na ordem das centenas de euros nas prestações dos empréstimos à habitação — e são 1,4 milhões em Portugal. Uma tempestade perfeita que está a deixar os socialistas preocupados.

A dificuldade de encontrar habitação a preços comportáveis é, aliás, um dos motivos que levou à criação do manifesto Vida Justa, que convocou já uma manifestação para 25 de fevereiro, em Lisboa, apelando à participação de "moradores dos bairros, pessoas dos movimentos sociais e outros cidadãos". E que marcará, já hoje, presença em frente ao Conselho de Ministros.

A reunião do Governo desta quinta-feira não deverá, no entanto, esgotar as medidas para esta área. Em janeiro o Executivo pediu dois estudos ao PlanAPP — Centro de Competências de Planeamento, Políticas e Prospetiva da Administração Pública, um para proceder à "identificação e análise compara-

da de práticas internacionais em matéria de regulação do mercado habitacional", e um segundo (previsto no Orçamento do Estado) que visa fazer um retrato sobre o universo das rendas antigas. Será a partir desta análise, que deverá estar concluída até maio, que o Governo decidirá o passo seguinte — ou seja, se avança ou não com a atualização dos contratos anteriores a 1990. No "caderno de encargos" para este estudo está também inscrito que deverá "propor as medidas necessárias para regular o funcionamento do mercado de arrendamento urbano, bem como do subsídio de renda" já previsto num decreto de 2015.

PCP pede ao PS "qualquer coisinha de esquerda"

A habitação já esteve ontem em discussão na Assembleia da República, num debate parlamentar agendado pelo PCP e que ficou marcado pela troca de acusações sobre as responsabilidades políticas na crise da habitação. À esquerda, PCP e BE apontaram o dedo diretamente ao PS. "Do que é que es-

tão à espera para fazer qualquer coisinha de esquerda?", questionou o deputado comunista Duarte Alves, exortando os socialistas a enfrentar os interesses da banca.

Já o PS evocou o governo de Pedro Passos Coelho e a chamada "lei Cristas", fez mira às medidas propostas na última terça-feira pelo PSD para o setor da habitação e criticou a visão "derrotada, simultaneamente passada e passista" dos social-democratas. A resposta às palavras da socialista Maria Begoña não tardou, pela voz do líder da JSD, Alexandre Poço: "Já que está tão preocupada com Pedro Passos Coelho e com o PSD, sabe com que idade é que os jovens saíam de casa em 2015? 29 anos. Sabe qual é a idade agora? 34".

Na última terça-feira o PSD apresentou um pacote de medidas, denominado "Um Novo Caminho para a Habitação", entre as quais se conta a simplificação dos licenciamentos para construção e reabilitação, a redução ou mesmo eliminação de impostos na compra de habitação permanente e a reformulação dos subsídios ao arrendamento.



Foto: João Almeida/Agência Lusa

mento. O PSD admite também a criação de "uma dedução extraordinária à coleta em sede de IRS", para os anos de 2023 e 2024, incidindo sobre os valores pagos em juros com habitação própria permanente — uma medida que esteve em vigor até 2011. Ontem, o PS desafiou os socialistas-democratas a quantificar os custos deste pacote de medidas, o que o PSD prometeu "para breve" — "Muito mais breve do que o PS leva a corrigir medidas que nunca cumpre".

Se o Chega acusou o PS de nada fazer nesta área, a Iniciativa Liberal acusou os socialistas de intervir demasiado: "Foram vocês que destruíram o mercado de arrendamento, é por vossa causa que muitas pessoas têm de recorrer ao crédito porque não têm outra opção". No final, PS e IL chumbaram a proposta do PCP que, entre outras medidas, defendia que o aumento das taxas de juro se deve refletir na margem de lucro dos bancos. PSD e Chega abstiveram-se, Bloco de Esquerda, PAN e Livre votaram a favor, ao lado do PCP.

susete.francisco@dn.pt

"A habitação é um problema social grave em Portugal, e haver um ministério para a habitação autónomo é uma abertura de caminho que esperemos que tenha consequência."

Marcelo Rebelo de Sousa
Presidente da República
2 de janeiro de 2023

"Não é possível ter uma política de habitação de um dia para o outro. Vamos garantir que a habitação não volta a ser negligenciada."

Marina Gonçalves
Ministra da Habitação
20 de janeiro de 2023

"Deixo um apelo ao PS e ao Governo. Não estamos aqui de costas voltadas, estamos de espírito aberto, mas tem de haver entendimento na essência das coisas. Se continuarem com esta vertigem, com este afunilamento ideológico, nunca poderemos lá estar."

Luís Montenegro
Líder do PSD
14 de fevereiro de 2023

1,4

Crédito Os portugueses têm 1,4 milhões de contratos de créditos à habitação, estando a esmagadora maioria dos empréstimos (mais de 90%) afetos à taxa Euribor, que tem aumentando em flecha, resultando em aumentos de centenas de euros no valor dos empréstimos.

22%

Contratos A renegociação dos empréstimos à habitação disparou desde outubro. De acordo com dados avançados pelo jornal Público, em dezembro mais de 22% das famílias com crédito à habitação pediu para renegociar o contrato.

20,2%

Rendas De acordo com o Relatório Anual de Arrendamento do Idealista, em 2022 o preço das rendas aumentou 20,2%. O aumento foi mais significativo em Lisboa (35%) e no Porto, com uma subida de 37,7%.

2,7 mil milhões

Milhões É o valor total das verbas do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) afetadas ao setor da habitação, para reforçar o parque habitacional público e criar habitação condigna para 26 mil famílias.

1,3 milhões

1.º Direito Do bolo total, 1,3 milhões são destinados ao Programa 1.º Direito, 859 milhões à habitação acessível, 48 milhões para reabilitação do parque do Instituto de Habitação de Reabilitação Urbana e 159 milhões para aquisição de imóveis.